

CONTRIBUIÇÕES PARA O MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL CONTRIBUTIONS TO THE SUSTAINABLE ENVIRONMENT

INSS: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.22.1-23

Neusa Maria Bandeira da Silva¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: Educação Ambiental surgiu durante a Conferência das Nações Unidas quando a sociedade tomou conhecimento dos problemas ambientais e com isso o governo passou a definir que a saída para mudar o mundo seria a educação. Foi quando se sentiu a necessidade de criar o termo Educação Ambiental, pelo fato de a sociedade deixar a parte a natureza e suas questões ambientais. Para que a humanidade alcance um nível de consciência ambiental, devem acontecer revisões comportamentais em relação a um novo modelo e atributos pelo qual o homem possa conhecer e julgar seu próprio senso de responsabilidade com o meio a que ele faz parte. **OBJETIVO:** Abordar Educação Ambiental na esfera formal e informal. Como conceito de desenvolvimento sustentável, na conquista de se construir uma educação de construção de valores sociais e coletivos. **METODOLOGIA:** Essa pesquisa procura estudar a Educação Ambiental e suas contribuições para o Desenvolvimento Sustentável, como também, questões políticas e sociais no campo da educação. Com base em fundamentações teóricas de autores que se posicionaram quanto à problemática apresentada, oferecendo uma nova visão de uma educação ambiental sustentável em estreita relação entre homem e natureza dentro de um contexto sócio-político e histórico. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A educação ambiental e sua sustentabilidade para ser incorporada necessitam de mudanças de paradigmas e de consciência, determinada por um grupo de fatores de caráter global. Esta constatação implica que essa responsabilidade se apresenta pela via preventiva do problema. Diante da problemática em estudo, ficou evidenciado que o maior encargo que se atribuiu a necessidade de uma educação ambiental sustentável refere-se ao estabelecimento de uma educação conscientizadora com direitos e deveres coletivos definidos por ações políticas.

PALAVRAS-CHAVES: Educação Ambiental; Meio Ambiente; Sustentabilidade; Desafios.

ABSTRACT

INTRODUÇÃO: Environmental Education emerged during the United Nations Conference when society became aware of environmental problems and with that the government began to define that the way out to change the world would be education. That was when the need to create the term Environmental Education was felt, due to the fact that society leaves nature and its environmental issues aside. For humanity to reach a level of environmental awareness, behavioral revisions must take place in relation to a new model and attributes by which man can know and judge his own sense of responsibility with the environment to which he is a part. **OBJECTIVE:** Address Environmental Education in the formal and informal sphere. As a concept of sustainable development, in the achievement of building an education to build social and collective values. **METHODOLOGY:** This research seeks to study Environmental Education and its contributions to Sustainable Development, as well as political and social issues in the field of education. Based on the theoretical foundations of authors who took a stand on the presented problem, offering a new vision of a sustainable environmental education in a close relationship between man and nature within a socio-political and historical context. **FINAL CONSIDERATIONS:** Environmental education and its sustainability to be incorporated require changes in paradigms and awareness, determined by a group of factors of a global nature. This finding implies that this responsibility arises through the prevention of the problem. Faced with the problem under study, it was evident that the greatest burden attributed to the need for sustainable environmental education refers to the establishment of an awareness-raising education with collective rights and duties defined by political.

KEYWORDS: Environmental Education; Environment; Sustainability; Challenges.

¹ Professora Licenciada em Ciências Humanas Pela UFC-Universidade Federal do Ceará, Especialista: em Gestão Ambiental na Área da Educação pela FALC-Faculdade da Aldeia de Carapicuíba. Mestranda em Ciências da Educação.

INTRODUÇÃO

À medida que nos aproximamos de um novo início de século percebemos uma maior influência das novas tecnologias e hoje vemos que é uma realidade essa relação homem-tecnologia. Não podemos pensar que essa relação não interfira em nossa vida, pelo contrário, está ligada intrinsecamente quase que totalmente em todos os espaços de convívio social, ou até mesmo nos momentos de solidão. As vezes nos confundimos entre quem de fato é o ser humano, sua essência e sua interação com o meio ambiente em que faz parte e interage, com esse novo modelo tecnológico que surge e avança em uma velocidade cada vez mais acelerada. Onde tudo vai parar? Não sabemos, mas acredito que todo esse avanço tecnológico tem que andar junto, concomitantemente com o ritmo da evolução natural do mundo e do meio ambiente a que fazemos parte. Não podemos pensar que tecnologia e natureza não se relaciona, mas sim, devemos entender que as interferências geradas pela ação humana e seu crescente instinto em dominar o mundo, impulsionada pela globalização, como também por fatores associados às questões ambientais, seguido de um preocupante aumento no progresso material de um mundo socialmente polarizado com suas divisões de classes e interesses econômicos, não torne-se um efeito da lei do retorno, onde a reação natural ocorre sempre diante de alguma ação ou reação anterior. Toda vez que tomamos uma atitude, geramos um resultado dessa ação e, mais cedo ou mais tarde, as consequências serão sentidas por nós também. Todo efeito tem uma causa, se o efeito é inteligente, também inteligente será sua causa, mas se os efeitos forem pensados somente na produtividade e na crescente velocidade do homem, suas causas poderão ser drásticas. Mas sim, que homem e natureza andem juntos em direção única de interação, respeitando os espaços naturais a que fazem parte.

“Esta realidade atinge não só a sociedade mais o ecossistema como um todo. É por meio desta realidade que o crescimento populacional é incompatível com um ambiente finito e limitado. Devemos acrescentar a esse quadro o aumento do consumo individual que se observa no desenvolvimento da sociedade humana e torna-se ainda a situação mais preocupante, seguida de uma consciência de não conservação dos recursos naturais e se esta realidade não for contornada estaremos caminhando a passos largos para o colapso do planeta, com pequenas perspectivas para a continuação da existência humana” (Jara, 1998).

O interesse pela temática vem guiado pelo impulsionamento sobre o papel da educação ambiental na mudança de conscientização para se alcançar um patamar superior no que se refere a um novo conjunto de significados, um novo senso de valores éticos, em busca de uma sociedade ambientalmente sustentável.

Para pesquisar esta problemática, incluiremos com mais intensidade a fase de observação e pesquisas bibliográficas na busca de levar a um maior clareamento de questões da vivência íntima sobre o campo em estudo de importantes subsídios, procurando detectar ou clarear as causas e as consequências geradas pela deterioração dos ecossistemas em todo o mundo e em todos os segmentos da sociedade. Como solução dessa problemática, destacamos a conscientização ambiental como base para sustentabilidade do ecossistema e do sistema planetário.

Para tanto, no decorrer desta temática procuramos definir as noções básicas de educação ambiental como espaço para a cidadania. Procurando definir as noções básicas de educação ambiental como espaço para toda a humanidade. Onde segundo Loureiro; Layrargues; Castro, (2008). “O conceito de cidadania está amplamente relacionado ao fazer educação ambiental. Articular ao exercício da cidadania à questão ambiental não pressupõem apenas a tomada de consciência dos deveres individuais determinados pela moral ecologista,

mas, sobretudo a tomada de consciência dos direitos coletivos definidos pela ação política”

Discorreremos também sobre o desenvolvimento sustentável com suas concepções de desenvolvimento, suas correntes metodológicas e suas ideias de desenvolvimento. Apresentando também as contribuições da educação no desenvolvimento sustentável, sua contribuição na consciência como ajuda no progresso do saber ambiental. Pautado em uma ideologia em que “a educação ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania social e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza.”(Reigota, 2006).

As contribuições relevantes para que a humanidade obtenha uma autogestão e um maior engajamento nos aspectos de educação ambiental e no desenvolvimento sustentável, tem como principal paradigma, sua contribuição na consciência, na ajuda e no progresso do saber ambiental. Pautado em uma ideologia em que “a educação ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania social e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza” (Reigota, 2006). Demonstrando de maneira fundamentada, como a educação ambiental pode abordar assuntos relacionados ao desenvolvimento sustentável. Articulando-se um ao outro como um conjunto que se completa em suas particularidades e como parte desse sistema vivo e dinâmico está o homem como agente integrante de todo esse ecossistema. Contribuindo para uma nova visão de natureza e como esta deve ser tratada e respeitada na qual a sociedade depende para a manutenção de sua existência e que relação homem-natureza deva acontecer de forma harmônica, proporcionando meios que possam amenizar toda problemática de violência e desrespeito aos bens naturais e que este se transforme em atitudes participativas, solidárias e construtivas no contexto social.

METODOLOGIA

Trata-se em analisar a Educação Ambiental e suas contribuições para o Desenvolvimento Sustentável, como também, questões políticas e sociais no campo da educação. Com base em fundamentações teóricas de autores que se posicionaram quanto à problemática apresentada, oferecendo uma nova visão de uma educação ambiental sustentável em estreita relação entre homem e natureza dentro de um contexto sócio-político e histórico. Buscando aprimorar e, tentar aprofundar o amplo significado sobre Educação Ambiental: Contribuições para o meio Ambiente Sustentável. Onde segundo Reigota (2006) diz que: “A educação ambiental como educação política enfatiza antes a questão ‘por que’ fazer do que ‘como’ fazer. Considerando que a educação ambiental surge e se consolida num momento histórico de grandes mudanças no mundo ela tende a questionar as opções políticas atuais e o próprio conceito de educação vigente, exigindo-a, por princípio, criativa, inovadora e crítica. Dentro do contexto Educação Ambiental é clara a necessidade de mudar o comportamento do homem em relação a natureza e de sua sustentabilidade.

A Educação Ambiental surgiu durante a Conferência das Nações Unidas (ONU), tratando-se de uma Organização Internacional criada após a 2ª Guerra Mundial para manter a paz e a segurança no mundo. Essa proposta sobre o meio ambiente realizou-se em Estocolmo, na Suécia, em 1972, quando a sociedade tomou conhecimento dos problemas ambientais e com isso o governo passou a definir que a saída para mudar o mundo seria a educação. Foi quando se sentiu a necessidade de criar o termo educação ambiental, pelo fato de a sociedade deixar à parte a natureza e suas questões ambientais. Percebeu-se que os processos educativos estavam tornando-se cada vez mais racionais e a escola em contrapartida, “descuidando - se dos sentimentos, das sensações e das relações em sala de aula, esquecendo o ar, a água, o corpo, o bairro, a cidade,

o planeta. Se a educação ambiental pretende resolver os problemas ambientais pela formação das pessoas, é preciso usar ferramentas transformadoras” (Mendonça, 2006).

Sabendo que as novas tecnologias em um mundo globalizado se tornam uma das molas percussoras para a economia capitalista, que gera lucros e produtividade em setores econômicos; não podemos esquecer que estejam intrinsecamente associados com o desenvolvimento sustentável com base na educação ambiental. Não podendo desvincular o estabelecimento de padrões e metas ambientais com os pretendidos pela sociedade humana por meio da globalização e dos avanços tecnológicos.

.Para que a humanidade alcance um nível de consciência ambiental, devem acontecer revisões comportamentais em relação a um novo modelo e atributos pelo qual o homem possa conhecer e julgar seu próprio senso de responsabilidade com o meio a que ele faz parte. Não é a natureza que tem que se adequar às condições do homem, mas o homem que tem o dever de se adequar às condições da natureza, pois ambas são partes integrantes.

"A educação ambiental se constitui em uma forma abrangente de educação que se propõe a atingir todos os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo permanente, procurando inserir no educando uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, compreendendo-se como crítica a capacidade de aprender a origem e a evolução de problemas ambientais” (Reigota, 2006). Pedro Jacobi (2003), afirma que: “A reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. A dimensão ambiental configura-se crescentemente com uma questão que envolve um conjunto de fatores do universo educativo, potencializando o englobamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a

comunidade universitária em uma perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, a produção de conhecimentos deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo.” Tomando como referência esse contexto, é clara a necessidade de reflexão sobre os desafios em alterar as formas de pensar e de agir do homem em torno da questão ambiental, no sentido de promover sob um modelo de desenvolvimento sustentável um processo que assegure uma atitude de responsabilidade no que se refere aos recursos naturais de forma a preservar os interesses de gerações futuras e ao mesmo tempo atender as necessidades das gerações atuais, compartilhando as práticas de desenvolvimento sustentável baseado no conceito de ética e cidadania ambiental.

Educação Ambiental é um nome atribuído às práticas educativas relacionadas à questão ambiental, desenvolvendo-se no cotidiano das pessoas que realizam um trabalho educativo voltado ao paradigma de consciência ambiental. Que haja uma reflexão de pensamentos e atitudes lineares produzindo uma inter-relação de saberes e práticas coletivas, criando identidades e valores comuns com ações solidárias em um contexto complexo e em um espaço onde se articule natureza. A relação entre meio ambiente e educação para a cidadania estabelece uma condição desafiadora exigindo uma relação de aprender novos saberes aos processos sociais de natureza ambiental.

As políticas ambientais e programas educativos relacionados a uma maior conscientização referente a crise ambiental necessita de novos enfoques de integração social. É nesse contexto que a lei da Educação Ambiental diz que “todos tem direito a educação ambiental” e a este tem como responsabilidade os poderes públicos, instituições educativas e a sociedade como um todo. Seguindo esse paradigma, percebe-se uma grande necessidade de uma ação, não só em um determinado segmento mais um trabalho em conjunto em todas as esferas da sociedade e que este não se torne

modelo e teorias contraditórias, sem aplicabilidade, mas sim que este seja, por meio de conhecimentos científicos e métodos tecnológicos, o caminho para se chegar a uma relação de integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente. Onde a sociedade como um todo está cada vez mais preocupada em atingir níveis para se chegar a um desenvolvimento ambiental adequado, com o intuito de controlar seus impactos e regulá-los por meio de leis e normas que assegurem esses direitos, levando em consideração, sua política e suas práticas educativas. Esse comportamento se insere no contexto de uma legislação cada vez mais exigente, no desenvolvimento de políticas públicas e medidas que assegurem uma crescente preocupação com os problemas ambientais. É nesse modelo que é titulado ao Ministério da Educação a seguinte atribuição em acordo com a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino público e privado, englobando: I- Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, II- Educação Superior, III- Educação Especial, IV- Educação Profissional, V- Educação de jovens e adultos.

A realidade atual exige uma maior necessidade de compreender o sistema educacional enquanto instituição graduada e hierarquicamente estruturada em seus níveis de conhecimento como modelo sistematizado, dinâmico e atuante em suas orientações curriculares e emissões de juízos e valores.

Constitucionalmente, para que se garanta o direito da qualidade do meio ambiente aos cidadãos e a sociedade como um todo, o poder público deve por meio das instituições de ensino proporcionar uma educação ambiental formal voltada para uma maior conscientização da população no que se trata a preservação ao meio ambiente. A legislação trata que tal educação seja feita em todas as modalidades de ensino, incluindo a educação ambiental como tema transversal

no currículo. É nesse paradigma que Palma (2005), afirma: “O principal objetivo da educação ambiental é levar as pessoas a um meio de compreensão da complexidade do meio ambiente e da percepção de que os elementos ambientais, o tempo e o espaço são interdependentes. Salienta que as condições sociais, econômicas, culturais e ecológicas de cada sociedade e região são determinantes para a definição de metas e ações”.

A educação ambiental em sua formalidade busca não só a conscientização ecológica dos cidadãos, por meio de transmissão de conhecimentos, mas o aperfeiçoamento de mudanças e comportamentos sobre o meio ambiente, tanto na esfera pessoal quanto de responsabilidade social. Portanto a escola como também em todas as instituições de ensino são importantes meios de conscientização e construção de um novo modelo em uma educação formal de conhecimentos e atitudes que fortaleçam a uma postura cidadã e democrática.

Mas não podemos esquecer também da educação ambiental informal. Onde é marcada por sua realização fora da escola, envolvendo, em seu processo, flexibilidade de métodos e conteúdo em um público alvo muito variável em suas características (faixa etária, nível de escolaridade, nível de conhecimento sobre a problemática ambiental, entre outros). Esse modelo abrange técnicas que operam na realidade educacional sem obedecerem às diretrizes tituladas pelo Ministério da Educação, tendo como exemplo deste o educador social.

É nesse enfoque que os processos diluídos circunstancialmente se desenrolam no discurso de encontros, leituras e acontecimentos. Encontrada em toda atividade educacional organizada e sistemática, executada fora do quadro do sistema formal, oferecendo determinados tipos de ensino a grupos da sociedade, colocando em evidencia aspectos sociais e cotidianos em determinadas classes da população.

Sob esta perspectiva a Política Nacional de Educação Ambiental sobre a Educação Ambiental não – formal, afirma que:

Art. 13º Entende-se por educação ambiental não formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

A relação entre o meio ambiente e a educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador, necessitando emergencialmente de novos saberes para assegurar-se dos processos sociais e riscos ambientais que se intensificam cada dia.

As políticas ambientais e os programas educativos exigem uma abordagem crítica e inovadora, sustentada em uma consciência política voltada para a transformação social. Para Sorretino (1998): “Os grandes desafios para os educadores ambientais são de um lado, o resgate e o desenvolvimento de valores e comportamentos (confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade e iniciativa) e de outro, o estímulo a uma visão global e crítica das questões ambientais e a promoção de um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes”.

Quando nos retratamos a educação ambiental enquanto ações e práticas voltadas à sensibilização da coletividade, situamos em um contexto de educação para a cidadania, configurando-se em um fortalecimento para a população como um todo portador de direitos e deveres na defesa da qualidade de vida. Buscando a solidariedade, a igualdade e o respeito com base em educações informais que busquem práticas interativas e dialógicas, estimulando mudança de valores comportamentais, individuais e coletivas.

“A educação ambiental é atravessada por vários campos de conhecimento, o que a situa como uma abordagem multireferencial e a complexidade ambiental” (Leff 2001). “Reflete um tecido conceitual heterogêneo, onde os campos de conhecimento, as nações e os conceitos podem ser originários de várias

áreas do saber” (Tristão, 2002). “A educação ambiental, como tantas outras áreas de conhecimento, pode assumir, uma parte ativa de um processo intelectual, constantemente a serviço da comunicação, do entendimento e da solução de problemas” (Vygotsky, 1991). São reflexões que tratam o homem enquanto aprendiz social, baseado no diálogo e nas interações socioculturais com capacidade de recriar e assimilar conceitos e significados, buscando alternativas e soluções de problemas com o novo olhar crítico de ver o mundo e os homens enquanto agente social.

Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental, diz que:

Parágrafo Único: O poder público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I. A difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente; Implica a necessidade de difundir as práticas sociais com o acesso a informação de conhecimento, com o intuito de proporcionar uma maior transparência na minimização ambiental por parte do homem, dos poderes públicos, das autoridades e da sociedade como um todo. É por meio desses trabalhos educativos e ao direito a informação que se promove um crescimento no que se refere a preservação ambiental e uma maior consciência ambiental, voltada ao fortalecimento na fiscalização e controle dos agentes de degradação ambiental. É por esse caminho que a problemática ambiental possibilita uma abertura para uma democracia participativa, mas primordialmente que haja a participação do povo e não que essa informação e acesso aos temas ambientais tornem-se somente meios de propagandas que fortaleçam os interesses particulares de pequenos grupos sociais estabelecendo uma ideologia contraditória e indiscriminada das questões. É por meio deste que se percebe a necessidade da informação, assumindo um papel cada vez mais relevante na busca de informações por meio das novas tecnologias e a atuação deste como canal

a um maior gerenciamento em defesa da qualidade de vida, proporcionando uma maior democracia de conhecimentos e uma nova postura em relação à preservação ao meio ambiente.

II. A ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal; A sensibilização da sociedade e a importância que se dá às unidades de conservação ambiental representam uma motivação às diversas formas potenciais para se chegar a caminhos que direcionem a um processo de construção cidadã em um contexto dinâmico caracterizado por suas desigualdades, mas que por meio da educação, buscando o fortalecimento de sujeitos cidadãos, portadores de direitos e deveres na conquista de espaços pautados em um ambiente sustentável.

A educação ambiental e sua sustentabilidade não é a resolução de todos os problemas na esfera planetária, mas sim, um pontapé inicial em uma nova iniciativa e perspectiva de mudanças de paradigmas em uma nova educação comportamental do ser humano e de toda uma sociedade, formando cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Pois o homem deve ter consciência que o desequilíbrio ambiental é causa e consequências de sua ação e que dele deve surgir à resolução para a solução dos problemas por ele provocado. Problemas que estão afetando a dinâmica da vida em todas as esferas sociais e ambientais e que essa mudança não deva partir somente dos órgãos governamentais, mais sim, da iniciativa de cada indivíduo, de solucionar ou minimizar os problemas ambientais.

Podemos perceber na tabela abaixo, segundo: Rodriguez e Silva (2009), as diferenças entre Paradigma Produtivista e Paradigma Ambiental do Desenvolvimento.

Caráter dos sistemas ambientais podemos perceber na tabela abaixo, segundo:	Artificialização dos sistemas naturais. Redução das	Adaptação; imitação da natureza. Manutenção das
---	--	--

Rodriguez e Silva (2009), as diferenças entre Paradigma Produtivista e Paradigma Ambiental do Desenvolvimento.	interações. Sistemas homogêneos. Reciclagem baixa. Redução da fixação energética.	interações: diversidade dos sistemas; fixação maior da energia da radiação; reciclagem total.
Estruturas de poder	Autoritarismo; estruturas hierárquicas e repressivas.	Democracia horizontal; participação social.
Organização institucional	Ênfase no controle e na atividade do mercado como regulador social.	Ênfase no planejamento e prognoses, controle e regulação social.
Tecnologias	Tecnologias duras. Endeusamento da tecnologia e das soluções tecnológicas.	Hibridização tecnológica, com predomínio de tecnologias alternativas e apropriadas.

FONTE: Modificado de Jaimeset. al. (1988)

Observa-se a grande necessidade de incorporar os ideais de sustentabilidade como hábitos culturais pautados em uma ética sustentável como meio a um potencial produtivo desenvolvido pelas camadas sociais.

Para se obter um processo de desenvolvimento sustentável é necessário que se mantenha um meio ambiente adequado com qualidades e estruturas civilizatórias dando condições de subsistência para a manutenção de suas necessidades básicas e que esse modelo proporcione uma estrutura sólida de política voltada para a sustentabilidade ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ambiental e sua sustentabilidade para ser incorporada necessitam de mudanças de paradigmas e de consciência, determinada por um grupo de fatores de caráter global. Esta constatação implica que essa responsabilidade se apresenta pela via preventiva do problema.

Diante da problemática em estudo, ficou evidenciado que o maior encargo que se atribuiu a necessidade de uma educação ambiental sustentável refere-se ao estabelecimento de uma educação conscientizadora com direitos e deveres coletivos definidos por ações políticas.

É preocupante a condição do homem, mesmo com políticas de sustentação ecológica percebem-se ainda atitudes de negligência às questões ambientais. A interação homem-natureza é imprescindível para reaver a força criadora e construtiva na manutenção da existência humana e esse mesmo homem que ainda não tomou consciência das consequências que suas atitudes podem mudar o percurso de sua trajetória pode se perder em torno de sua ambição e individualismo. Mas essa mesma capacidade de transformação pode ser revertida em atitudes de mudanças produtivas tendo como auxílio às novas tecnologias que um mundo globalizado oferece.

É fundamental o resgate pela preservação dos recursos naturais da necessidade de mudanças da mentalidade humana. Pois a mentalidade influencia diretamente na percepção e no comportamento humano, na forma como as pessoas estão usando o meio ambiente em que vivem e no qual sobrevivem, reavaliando seus conceitos sua forma de organização social tendo como suporte a harmonização entre o homem, a sociedade e a natureza para que se possa adquirir um pensamento ambientalmente sustentável.

Precisamos evitar que o radicalismo ambiental domine o mundo por seus interesses de consumo desenfreado em busca do poder e do lucro, mas que este desenvolva meios tecnológicos que considere o meio em sua dimensão natural, cultural e política; identificando os problemas e que esses sejam admitidos em todas as esferas da sociedade.

Portanto, é complexa a questão e sente-se que qualquer medida a ser tomada, visando reduzir drasticamente o problema de educação ambiental poderá esbarrar em estruturas solidificadas,

dificultadoras do processo de transformação, isto é, burocracias e outras práticas educativas. Porém, não devemos permitir que o sentimento de impotência tome conta do cotidiano das pessoas e que este se torne comum, mas que essas atitudes se transformem em estímulos ao fortalecimento de sujeitos portadores de direitos e deveres na conquista de espaços pautados no senso-crítico de se refletir sobre as questões sociais de forma ética e transformadora em busca de mudanças ambientalmente sustentável.

REFERÊNCIAS

JARA, Carlos Júlio. A sustentabilidade do desenvolvimento local. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)/ Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco- Seplan, 1998.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. In. Identidades da educação ambiental brasileira/ Ministério de Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental: PhillippePomier, Laryargues (coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

REIGOTA, M. O que é Educação Ambiental. São Paulo: brasiliense editora, 2006.

MENDONÇA, Rita. O educador ambiental ensina por suas atitudes. Revista Escola. Edição 190. 03/2006.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: março, 2003.

PALMA, Ivone Rodrigues. Análise da concepção ambiental como instrumento ao planejamento da educação ambiental, 2005.

SORRETINO, M. de Tibilise a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In. Jacob, P. et al.(orgs.). Educação meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998.

LEFF, E. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.

TRISTÃO, M. As Dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento. In. RUSHEINSKY, A. (org.) Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

VIGOTSKY, L. A Formação social da mente. São Paulo: Martis Fontes, 1991.